



INFORMATIVO PIT

BOLETIM DO PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO TRIBUTÁRIA



Prazo para Prestação de Contas do PIT referente ao 1º semestre de 2024 encerra no dia 31 de agosto

O prazo para abertura e envio do Protocolo Eletrônico referente às ações realizadas 1º semestre de 2024 é de 1º de julho até 31 de agosto.

ATENÇÃO para a alteração que que traz nova redação para a Ação 1.01, com vigência para o 1º semestre de 2024

NOVIDADE Novo catálogo de cursos da ENAP que pontuam na Ação 1.02

100% dos municípios gaúchos participaram do processo de prestação de contas e pontuação do PIT do 2º semestre de 2023

Referente ao desempenho dos municípios, somando os cinco grupos de ações, 125 melhoraram o seu resultado, 193 registraram queda e 179 permaneceram estáveis (com variações de no máximo cinco pontos) em comparação ao primeiro semestre de 2023. Com isso, o total de pontos alcançados pelos municípios no segundo semestre de 2023 foi de 29.206, número cerca de 2% inferior ao semestre anterior (29.847 pontos).

Artigo sobre os 21 anos do Programa Estadual de Educação Fiscal é publicado no Jornal do Comércio

O Jornal do Comércio publicou, na edição do dia 10 de julho do caderno semanal JC Contabilidade, um artigo sobre os 21 anos do Programa de Educação Fiscal do Rio Grande do SUL (PEFRS). De autoria da TTRE Tamara Dentee, que atua na Divisão de Relacionamento com Cidadãos e Municípios (DRCM), o texto destaca a importância de fortalecer a educação fiscal como forma de resgatar a finalidade do Estado para a sociedade.

Receita Estadual intensifica combate à sonegação com denúncias realizadas pela sociedade

Novos materiais pedagógicos disponíveis para download no site de Educação Fiscal

📍❤️📍 Seu CPF na nota é o nosso RS de volta. Todos nós por todos nós!



Prazo para Prestação de Contas do PIT referente ao 1º semestre de 2024 encerra no dia 31 de agosto

Já está disponível, através do site da Receita Estadual, o Protocolo Eletrônico para envio da documentação de comprovação das ações que pontuam no 1º semestre de 2024 no Programa de Integração Tributária – PIT. O município deve abrir o Protocolo Eletrônico para envio da prestação de contas para a DRCM avaliar e atribuir os pontos.

O prazo para abertura e envio do Protocolo Eletrônico referente às ações realizadas 1º semestre de 2024 é de 1º de julho até 31 de agosto.

O processo é totalmente eletrônico, por este motivo recomendamos que os municípios sigam o passo a passo para abertura do Protocolo Eletrônico disponível na página do PIT, bem como as orientações do Manual de Prestação de Contas do PIT 2024/1, disponível no link a seguir <https://atendimento.receita.rs.gov.br/upload/arquivos/202407/12144409-manual-de-prestacao-de-contas-do-pit-1-semester-de-2024-v5.pdf>

ATENÇÃO para a alteração que foi realizada na Ação 1.01

No dia 23 de abril foi publicada no Diário Oficial do Estado a Instrução Normativa 26/24 do PIT, que traz uma nova redação para a Ação 1.01 do Grupo I.

Grupo I – Ação 1.01

Nova redação: “Apresentar documento com o planejamento semestral das ações do PEF, especificando pelo menos 4 (quatro) ações a realizar, o nome dos servidores responsáveis e os prazos (valor da ação: 3 pontos).”

Vigência: a partir de 01/01/2024. A alteração para esta ação especificamente vale a partir de 1º de janeiro de 2024.

Complemento: Não basta fazer uma reunião e debater o Programa de Educação Fiscal. É preciso apresentar o planejamento de no mínimo 4 ações do Grupo de Educação Fiscal, e neste planejamento precisa constar quais serão as ações a serem desenvolvidas, qual é o servidor responsável por executar cada uma das ações, e qual o prazo para ser executada cada uma das ações.

NOVIDADE Novo catálogo de cursos da ENAP que pontuam na Ação 1.02

Foi atualizado o catálogo de cursos da Escola Virtual de Governo – ENAP que são aceitos para pontuação na Ação 1.02 do Grupo I.

Grupo I – Ação 1.02

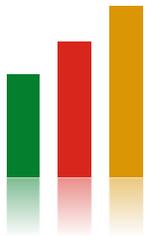
Redação: “Participar de cursos de educação fiscal, presencial ou à distância, oferecidos ou coordenados pelo Programa de Educação Fiscal, estadual ou nacional.”

Catálogo de cursos atualizado: Foram incluídos novos cursos, todos em formato a distância, no catálogo de cursos da ENAP que são aceitos para pontuação na Ação 1.02, sendo 1 ponto para cada certificado apresentado, limitado a 3 certificados.

Agora atualizado, são 29 cursos listados no catálogo para escolha dos municípios.

Download: o catálogo fica disponível para download na página do PIT no site da Receita Estadual, link <https://receita.fazenda.rs.gov.br/conteudo/18227/catalogo-de-cursos-que-pontuam-no-pit>





100% dos municípios gaúchos participaram do processo de prestação de contas e pontuação do PIT do segundo semestre de 2023

A Receita Estadual (RE) publicou, por meio da Portaria Sefaz Nº 043/2024, a pontuação definitiva relativa ao segundo semestre de 2023 dos municípios que participam do Programa de Integração Tributária (PIT). O Programa visa incentivar ações de interesse mútuo entre Estado e municípios no crescimento da arrecadação do ICMS, repercutindo nos repasses dos recursos às Prefeituras.

Pela primeira vez foi registrada a participação de todos os municípios gaúchos no processo de prestação de contas e pontuação, visto que em 2023 foi atingido o marco histórico de 100% de adesão ao convênio do PIT ao passo que os municípios que ainda não faziam parte ingressaram no segundo semestre de 2023, período de avaliação em questão. Assim, os dados analisados passam a se referir à totalidade de municípios.

Referente ao desempenho dos municípios, somando os cinco grupos de ações, 125 melhoraram o seu resultado, 193 registraram queda e 179 permaneceram estáveis (com variações de no máximo cinco pontos) em comparação ao primeiro semestre de 2023.

Com isso, o total de pontos alcançados pelos municípios no segundo semestre de 2023 foi de 29.206, número cerca de 2% inferior ao semestre anterior (29.847 pontos).

A pontuação de cada localidade pode ser verificada na [página](#) do PIT no site da RE, assim como a evolução perante os períodos anteriores. Destaque para os 16 municípios que obtiveram pontuação máxima no segundo semestre de 2023: Bagé, Campo Novo, Chiapetta, Constantina, Estação, Fazenda Vilanova, Humaitá, Miraguá, Planalto, Redentora, Santa Vitória do Palmar, Santiago, Santo Antônio do Planalto, São José do Norte, São Martinho e Três Arroios.

Também estão disponíveis para [consulta](#) os Pareceres de Avaliação dos Recursos Administrativos, que puderam ser apresentados pelas localidades a partir da publicação provisória do PIT, realizada em julho de 2024.

Clique [aqui](#) e confira a Portaria Nº 043/2024, publicada no Diário Oficial do Estado de 13 de agosto de 2024 (páginas 86 a 94).

A participação dos 497 municípios no PIT possibilitou alguns avanços, como no percentual de municípios que desenvolveram ao menos uma ação de cada um dos cinco grupos de ações. O “Grupo 1 – Educação Fiscal”, por exemplo, chegou no seu topo histórico de 95,2% dos municípios pontuando, sendo este índice de 78,9% no semestre anterior.

O “Grupo 2 - Incentivo à emissão de documentos fiscais” também atingiu seu topo histórico, alcançando a marca de 100%, o que significa dizer que todos os 497 municípios desenvolveram ao menos uma das ações do Grupo (atualmente duas das ações do grupo são calculadas automaticamente, independentemente de o município realizar a prestação de contas ou não).

O mesmo não ocorreu no “Grupo 4 - Gestão de Informação do Setor Primário”, pois um município não desenvolve a ação. Anteriormente, outros municípios também não pontuavam neste Grupo em virtude de não serem signatários do convênio PIT na época.





Artigo sobre os 21 anos do Programa Estadual de Educação Fiscal é publicado no Jornal do Comércio

O Jornal do Comércio publicou, na edição do dia 10 de julho do caderno semanal JC Contabilidade, um artigo sobre os 21 anos do Programa de Educação Fiscal do Rio Grande do Sul (PEF-RS). De autoria da Técnica Tributária da Receita Estadual Tamara Dentee, que atua na Divisão de Relacionamento com Cidadãos e Municípios (DRCM), o texto destaca a importância de fortalecer a educação fiscal como forma de resgatar a finalidade do Estado para a sociedade.

O artigo também salientou aspectos como a função social dos tributos, a necessidade da adequada alocação dos recursos públicos, o papel do Estado na tragédia das enchentes e o exemplo do Devolve ICMS como ferramenta para combater o caráter regressivo da tributação, aumentando o poder de compra dos mais pobres.

Leia ao lado o artigo na íntegra.



Educação fiscal: um caminho para a justiça social

A pesquisa mais recente da ONG Latinobarômetro, de 2023, acende um alerta para todas as esferas de governo. Metade dos brasileiros considera justificável a sonegação de impostos, um aumento de 25% em relação a 2011. Isso indica um crescente desprezo pelo pagamento de impostos e um enfraquecimento do senso de coletividade, importante para compreender a função social dos tributos.

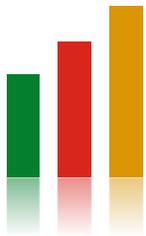
Para reverter esse quadro, é fundamental fortalecer a educação fiscal. A promoção de ações educativas eficazes é a base para resgatar a finalidade do Estado, que é prestar serviços públicos essenciais com recursos arrecadados por meio de impostos. É o dinheiro dos tributos que possibilitará, por exemplo, a reconstrução do Rio Grande do Sul após a maior tragédia ambiental da história gaúcha.

No início, enquanto a urgência era salvar vidas, foram essenciais as ações públicas e privadas. Após esse período, as pessoas físicas e jurídicas retornam às suas rotinas e funções. Neste momento, é o Estado que fica para cumprir sua verdadeira função de prover o bem-estar social, o que só é possível com os recursos de impostos. O Estado é perene e mantém uma estrutura capaz de atender a sociedade a longo prazo.

A educação fiscal difunde o conceito da função social e da necessidade do tributo para o funcionamento e organização da sociedade. Impostos são ruins quando desviados ou mal aplicados. É importante também educar sobre a forma de alocação dos recursos, que depende da avaliação constante das políticas públicas. Outro pilar pedagógico é a reversão do caráter regressivo da tributação, tema do qual o Rio Grande do Sul é exemplo. Desde 2021, o programa Devolve ICMS restitui parte do imposto estadual para famílias de baixa renda - um mecanismo que aumenta o poder de compra dos mais pobres e torna o ICMS gaúcho o menos regressivo do país.

Esse é o espírito público do Programa Estadual de Educação Fiscal do Rio Grande do Sul (PEF-RS), ligado à Receita Estadual, que celebrou 21 anos em junho. Difundir a ideia de que o imposto pago retorna à sociedade em forma de bens e serviços públicos é o compromisso central do PEF-RS, que continuará como um agente transformador na promoção da justiça social.

Tamara Dentee, Técnica Tributária da Receita Estadual e membro do Grupo Estadual de Educação Fiscal



Receita Estadual intensifica combate à sonegação com denúncias realizadas pela sociedade

A Receita Estadual (RE) tem reforçado suas ações no combate à sonegação fiscal e à concorrência desleal através do trabalho da Central de Serviços Compartilhados de Denúncias (CSC Denúncias). A unidade é especializada na triagem e no encaminhamento das denúncias de sonegação realizadas por cidadãos, contribuintes e outros órgãos públicos. As denúncias podem ser feitas diretamente no Portal de Atendimento da RE.

Desde 2020, a Central recebeu um total de 6.338 denúncias, sendo a maior parte relacionada a contribuintes do setor varejista. O principal setor é o de supermercados, com 38,5% do total. Outros 28% abrangem os setores de calçados e vestuário, móveis e materiais de construção, e eletrônicos e artefatos domésticos.

Nesse contexto, a CSC Denúncias atua no recebimento, no tratamento e no encaminhamento das denúncias para apuração da unidade, órgão ou autoridade competente dentro da RE. O trabalho já resultou na lavratura de 172 Autos de Lançamento, totalizando R\$ 359 milhões.

“As denúncias da sociedade são fundamentais para auxiliar no combate à sonegação fiscal e à concorrência desleal entre empresas, complementando o trabalho que já é feito pela administração tributária, por exemplo, com uso intensivo de tecnologia e inteligência artificial. É o cidadão colaborando diretamente para garantirmos mais recursos para saúde, segurança, educação e investimentos no Estado”, explicou o subsecretário da RE, Ricardo Neves Pereira.

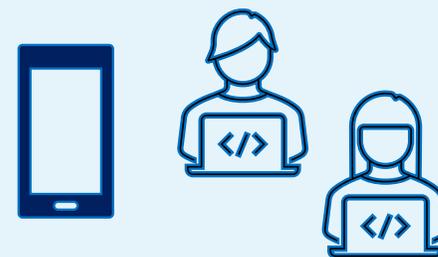
Para garantir a eficácia no combate à sonegação fiscal, é essencial que as denúncias apresentadas contenham o maior embasamento possível. Recomenda-se que os denunciadores forneçam detalhadamente os indícios e evidências que sustentem suas alegações, facilitando assim a apuração precisa dos fatos denunciados e uma investigação mais rápida e assertiva.

Os dados dos denunciadores são mantidos em sigilo, assegurando a confidencialidade e protegendo a identidade daqueles que colaboram com a justiça fiscal.

Denúncias são feitas de forma virtual

A principal ferramenta utilizada pelos cidadãos para realizar denúncias é o [Portal de Atendimento da RE](#), responsável por 96,5% do total recebido. A página é uma plataforma essencial para garantir a participação ativa da população no combate à sonegação fiscal.

Outro exemplo é o contato direto de órgãos públicos como Polícia Federal, Polícia Civil, Ministério Público, Receita Federal do Brasil, Secretarias de Estado e prefeituras. Quanto aos assuntos, são analisadas denúncias que estejam no rol de competências de atuação do fisco gaúcho, ou seja, relacionadas aos três impostos estaduais: ICMS (que concentra grande parte dos casos), IPVA e ITCD.





Receita Federal lança livro didático de cidadania e educação fiscal para o Ensino Fundamental I

A Receita Federal do Brasil lançou no mês de julho um material didático produzido pela sua equipe de servidores que aborda conceitos básicos de cidadania e conscientização tributária de forma lúdica e pedagógica. O livro é ilustrado e escrito numa linguagem simples e adequada à fase escolar para os alunos do Ensino Fundamental I.

No intuito de despertar o interesse dos jovens para o aprendizado de temas relativos à educação fiscal e ao exercício da cidadania, o assunto foi inserido dentro de uma história fictícia e divertida, na qual personagens do reino animal vivenciam problemas semelhantes aos enfrentados pelos seres humanos no mundo real.

Nesse sentido, a história contada no livro “Os guardiões da Liga Cidadã e a Casa do Tesouro” contextualiza a definição de tributos, Estado Democrático de Direito, direitos e deveres dos cidadãos, orçamento público, políticas públicas, entre outros tópicos nas situações cotidianas vividas pelos personagens, o que tende a facilitar a compreensão e a aprendizagem.

Além disso, após cada um dos quinze capítulos são sugeridos conceitos e abordagens que podem ser trabalhados por educadores e professores em sala de aula.

Para conferir este e outros materiais didáticos disponibilizados pela Receita Federal acesse o link a seguir: [Aulas e Apostilas RFB](#)

O livro eletrônico (ebook) também está disponível para download no site de Educação Fiscal, na aba de [Materiais Pedagógicos](#).

Na avaliação de Giane Maria Zago, da equipe do PIT e responsável pela formação dos professores, “o material didático é um importante recurso que auxilia o professor na elaboração de suas práticas pedagógicas, e o material organizado pela Receita Federal complementa os diversos recursos disponíveis no nosso site do PEF e que são indicados e recomendados no Curso Educação Fiscal da BNCC”. Estes materiais, além de inspirar os professores e facilitar a abordagem ao tema, proporcionam aulas mais interativas e participativas, além de maior aprendizagem e protagonismo do aluno na construção do conhecimento, afirmou.

Livro “O Jardim dos Tributos” tem novo link para download

O Livro “O Jardim dos Tributos”, escrito pela professora Patrícia Luciene de Albuquerque Bragamonte e ilustrado pela graduanda em Design de Comunicação Sofia Trevisan Farret, está disponível para download em um novo link para acesso de todos e sem nenhuma restrição.

Premiado com o 3º lugar na categoria “Escolas” do Prêmio Nacional de Educação Fiscal 2023, o Projeto “O Jardim dos Tributos” também disponibiliza aos interessados vídeos com a autora e a ilustradora, e também um vídeo com a sequência didática do material.

O antigo link de download foi desativado após um ano no ar, tendo sido registrado mais de 2 mil acessos.

Para acessar o novo link, [clique aqui](#).

O material completo do livro “O Jardim dos Tributos” também está disponível para download no site de Educação Fiscal, na aba de [Materiais Pedagógicos](#).



🚒 A melhor forma de se ter segurança é através de medidas preventivas e um trabalho qualificado. E uma ação comum e simples no seu dia a dia pode ser fundamental para o trabalho de profissionais como o Soldado Gerson Both!

👉✅ Para isso, basta pedir a inclusão do CPF na nota. Assim você ajuda a garantir e a qualificar o trabalho da segurança pública no nosso Estado, além de auxiliar a combater a sonegação de impostos e de beneficiar diversas entidades.

🍌 No momento em que todos estamos unidos para reconstruir o estado, essa ação se torna ainda mais importante. Por isso, agradecemos!

🍌🍌🍌 Seu CPF na nota é o nosso RS de volta. Todos nós por todos nós!

🍌🚒 A Defesa Civil é fundamental na prevenção e na resposta a desastres. E durante situações de emergência, como a que nosso estado enfrentou em maio, o trabalho de profissionais como a Karine se provou ainda mais imprescindível.

👉✅ Você sabia que, ao pedir CPF na nota, você está ajudando o Estado a combater a sonegação de impostos e assim garantir recursos e investimentos em áreas essenciais como essa? Um ato simples e cheio de significado!

🍌 No momento em que todos estamos unidos para reconstruir o RS, essa ação se torna ainda mais importante. Por isso, agradecemos!

🍌🍌🍌 Seu CPF na nota é o nosso RS de volta. Todos nós por todos nós!



👨🚒👩🚒🚒 Com o seu CPF na nota, você garante que profissionais como o Adriano possam continuar seus papéis como heróis da vida real, diariamente salvando vidas!

✅ Você ajuda a combater a sonegação de impostos e beneficia diversas entidades. O seu tributo garante a prestação e a qualidade dos serviços essenciais como saúde, segurança e educação.

🍌 No momento em que todos estamos unidos para reconstruir o estado, essa ação se torna ainda mais importante. Por isso, agradecemos!

🍌🍌🍌 Seu CPF na nota é o nosso RS de volta. Todos nós por todos nós!



❤️ 🏥 👩‍⚕️ Cuidar das pessoas: esse é o papel da Cassiana e de tantos profissionais da saúde que dedicam suas vidas para salvar a do próximo!

👉 🧑‍🎓 ✅ E através do simples ato de pedir CPF na nota, você ajuda a garantir e a qualificar os atendimentos da área da saúde, além de ajudar a combater a sonegação de impostos e de beneficiar diversas entidades.

🍌 No momento em que todos estamos unidos para reconstruir o estado, essa ação se torna ainda mais importante. Por isso, agradecemos!

❤️ 🍌 🍌 Seu CPF na nota é o nosso RS de volta. Todos nós por todos nós!

✅ Quando você coloca o CPF na nota, ajuda a combater a sonegação de impostos e beneficia diversas entidades.

👩‍🎓 🧑‍🎓 Isso garante condições para que profissionais como a Daniele possam continuar sua nobre missão: ensinar e propagar o conhecimento!

🍌 No momento em que todos estamos unidos para reconstruir o estado, essa ação se torna ainda mais importante. Por isso, agradecemos!

❤️ 🍌 🍌 Seu CPF na nota é o nosso RS de volta. Todos nós por todos nós!

